



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



LEI Nº.1314

DE 21 DE AGOSTO DE 1985

INSTITUI O PLANO COMUNITÁRIO MUNICIPAL DE
MELHORAMENTOS, A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERALDO BOTION - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado
de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele
sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica instituído o Plano Comunitário Municipal de Melho
ramentos, que obedecerá ao disposto nesta Lei.

Artigo 2º - O Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos compre
enderá a execução de pavimentação, guias e sarjetas, recapeamento,
extensão de rede de água e esgoto, galerias de águas pluviais e ou
tras, e será acionado por iniciativa própria da Administração ou
quando solicitado pelos proprietários de imóveis localizados nas
vias e logradouros públicos onde se dará a atuação, desde que repre
sente no mínimo 80% (oitenta por cento) do seu valor.

Parágrafo Único - Serão compreendidos nos 80% (oitenta por cento)'
os Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, os isentos da'
Contribuição de Melhoria e os legalmente impedidos de operar com '
instituições financeiras.

Artigo 3º - Os melhoramentos, a serem realizados através do Plano
Comunitário de Melhoramentos, serão executados de forma direta: pe
la Prefeitura, ou indireta, obedecendo-se ao princípio da licita -
ção, para escolha da empresa a ser contratada.

Artigo 4º - Os melhoramentos solicitados serão aprovados quando fo
rem do interesse e conveniência do Município.

Artigo 5º - Caberá privativamente à Administração Municipal, sem '
prejuízo de outras medidas:

I - apreciar a solicitação, aprovando-a ou indeferindo-a, a
seu critério;

II - fornecer, à empresa contratada, as especificações técni
cas a serem adotadas no projeto e na execução;

III - aprovar o projeto e orçamento de custo;

continua.....



Lei nº.1314 - - continuação - - fls.02 -

IV - fiscalizar a execução do melhoramento, recebê-lo e ates
tar sua conclusão;

V - contratar, quando necessário, firmas notoriamente espe-
cializadas em controle (sondagens, ensaios, verificação
dos materiais de fornecimento de dados, etc) para a fis-
calização.

§ 1º - A pavimentação somente será executada se houver no local, ca-
so seja comprovada a sua necessidade, rede de captação de águas plu-
viais.

§ 2º - No caso de pavimentação, deverá ser dada prioridade às vias
e logradouros públicos já dotados de melhoramentos, como rede de
água e esgoto e quaisquer outros que, necessariamente, se assentem
no subsolo.

Artigo 6º - O custo de melhoramento será composto pelo valor de sua
execução, acrescido das despesas com estudos, projetos, fiscaliza-
ção, desapropriações, administração e financiamento, prêmios de re-
embolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimo, que não
poderão exceder a 20% (vinte por cento) daquele valor.

Artigo 7º - Os proprietários lindeiros que receberem diretamente o
benefício responderão, no mínimo, por 50% (cinquenta por cento) do
custo do melhoramento.

Parágrafo Único - Os proprietários poderão responder pela porcenta-
gem restante em função do tipo, das características da irradiação
dos efeitos e da localização das obras.

Artigo 8º - Antes do início da execução do melhoramento, os interes-
sados serão convocados por edital, para examinarem o memorial descri-
tivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, o plano de
rateio e os valores correspondentes.

§ 1º - Após a publicação do edital, os interessados serão contata-
dos pessoalmente para, se aderirem ao Plano Comunitário Municipal
de Melhoramentos, firmarem contratos com a empresa.

§ 2º - Fica facultada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, aos in-
teressados, a impugnação de qualquer dos elementos do edital, caben-

do-lhes o ônus da prova; a impugnação não suspenderá o início ou
prosseguimento da execução do melhoramento nem obstará o lançamento
e cobrança do tributo.

continua.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



Lei nº.1314 - continuação - fls.03 -

Artigo 9º - O custo do melhoramento para os contratantes será rateado entre os proprietários de imóveis alcançados por ele, de acordo com a área ou testada do imóvel beneficiado, conforme o caso.

Artigo 10 - No caso de pavimentação, o custo do melhoramento será cobrado de cada proprietário marginal de acordo com a(s) testada(s) do imóvel beneficiado, multiplicado pela largura da via pública, da qual não se poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) de sua largura.

Parágrafo Único - Os preços unitários serão acrescidos de um índice percentual, fixado pela Prefeitura, para cada Vila ou Bairro, correspondente a participação de cada imóvel na execução das obras relativas às "áreas verdes" e "cruzamentos" de vias públicas.

Artigo 11 - O pagamento do valor contratado será feito em uma única parcela, na data prevista no contrato.

§ 1º - A parcela única, constante deste artigo, será recolhida junto à CEESP - Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A., em conta especial, denominada Prefeitura Municipal, PCMMnº..... que será considerada depositária.

§ 2º - O saldo porventura existente, no final da operação da referida conta, ingressará na receita municipal.

Artigo 12 - A empresa contratada, imediatamente após a assinatura dos contratos celebrados, na forma do artigo 4º, deverá comunicar à Prefeitura os nomes e os valores correspondentes, dos que não aderirem ao Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos.

Artigo 13 - A Prefeitura deverá, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da relação aludida no artigo anterior, notificar os que não contrataram, esclarecendo que os mesmos ficarão sujeitos à cobrança do tributo devido.

Artigo 14 - A Prefeitura Municipal responderá, perante a empresa contratada, pelas importâncias correspondentes aos relacionados no parágrafo Único do Artigo 2º e aos não aderentes ao Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos.

Parágrafo Único - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a obter financiamento, junto à CEESP - Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A., para o pagamento das importâncias referidas no "caput" deste

continua.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



Lei nº.1314 - continuação - fls.04 -

artigo.

Artigo 15 - No caso de os contratantes obterem financiamento junto à CEESP - Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A., para pagamento do custo do melhoramento, fica autorizada a Prefeitura a comparecer como responsável, observados os limites de endividamento estabelecidos na Resolução do Senado nº.62, de 28.10.75, com as alterações introduzidas pela Resolução do Senado nº.93, de 11.10.76.

§ 1º - A responsabilidade constante deste artigo prevalecerá somente após esgotadas todas as medidas de ordem administrativa para o recebimento das importâncias financiadas.

§ 2º - Para a cobrança da dívida proveniente da responsabilidade constante deste artigo, serão observadas as disposições da lei nº. 6830/80.

Artigo 16 - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o benefício à propriedade imobiliária, decorrente de obra pública.

Artigo 17 - O contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel beneficiado por obra pública.

Artigo 18 - O limite total da Contribuição de Melhoria é o custo da obra, conforme dispõe o Artigo 6º.

Parágrafo Único - O custo da obra terá a sua expressão monetária atualizada à época do lançamento, mediante aplicação de coeficientes fixados pelo Governo Federal.

Artigo 19 - Considera-se como valor mínimo do benefício a importância por metro linear, obtida pela divisão do custo da obra pela soma das testadas do imóveis beneficiados.

Artigo 20 - O pagamento da Contribuição de Melhoria poderá ser:

- I - em uma única parcela, no vencimento e local indicados no aviso de lançamento; ou
- II - em até 12 prestações iguais, devidamente corrigidas monetariamente, nos vencimentos e local indicados no aviso de lançamentos, observando-se, entre o pagamento de uma e outra prestação, o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias, quando solicitado pelo contribuinte.

continua.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



Lei nº.1314 - continuação - fls.05 -

Parágrafo Único - Fica facultado ao contribuinte, a qualquer tempo, liquidar o saldo do débito, com base nos coeficientes da correção monetária vigente à época do pagamento.

Artigo 21 - Ficam isentos da Contribuição de Melhoria os contribuintes com situação econômica precária, comprovada por comissão especialmente designada pelo Poder Executivo.

Artigo 22 - O contribuinte que deixar de pagar a Contribuição de Melhoria no prazo fixado ficará sujeito:

- I - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito originário, até 30 (trinta) dias do vencimento;
- II - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º. dia do vencimento;
- III - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para atualização do valor dos créditos tributários.
- IV - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor originário.

Artigo 23 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias constantes do Orçamento, suplementadas se necessário.

Parágrafo Único - Verificada a não existência de dotação própria, será providenciada a competente abertura de crédito especial.

Artigo 24 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 21 de agosto de 1985.


JOSE GERALDO BOTTON

- Prefeito Municipal -

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 21 de agosto de 1985.


NELSON MORALES ROSSI

- Secretário Administrativo -

- o o o -